



ASIA

EM FOCO

Ásia em Foco

1. A guerra do Irã: nexo energético da nova geoestratégia global dos Estados Unidos

Dominique Marques · Daniel Kosinski

13

2. Os Três Princípios em Xequê: política de defesa e exportação de armas no Japão de Takaichi

Martha Nummer · Júlia Lameiras · Alana Camoça

21

3. Mahan Revisitado: poder naval e a geopolítica dos estreitos no século XXI

Pedro Martins · Carlos Miguel Souza · José Felipe Campos

34

4. O 15º Plano Quinquenal da China: perspectivas e destaques

Octávio Oliveira · Luísa Barbosa Azevedo · Pablo de Moraes Barros Vicente

44



1. A guerra do Irã: nexo energético da nova geoestratégia global dos Estados Unidos

Dominique Marques¹

Daniel Kosinski²

A mais recente versão da *National Security Strategy* (doravante, NSS) dos Estados Unidos, lançada em novembro de 2025 pelo segundo governo de Donald Trump, propõe, pelo menos, três objetivos centrais.

O primeiro deles é um realinhamento das prioridades geoestratégicas estadunidenses ao redor do planeta. Criticando as

estratégias das administrações anteriores pelo que descreve como um engajamento global “exacerbado”, quanto à sua extensão; e “ineficaz”, quanto aos seus resultados, a presente NSS parece reconhecer – ou aceitar – como um fato consumado a existência de duas “novas” grandes potências no sistema internacional, a China e a Rússia, conjuntamente capazes de impor aos Estados Unidos desafios e custos cada vez mais exorbitantes para um exercício hegemônico global. Dessa forma, ela propõe um engajamento estratégico mais “seletivo”, regional: se, por um lado, pretende reafirmar sem qualquer margem a dúvidas a hegemonia estadunidense naquilo que chama de “Hemisfério Ocidental” – o continente americano –, por outro, almeja reduzir a sua presença militar na Europa e no Oriente Médio com vistas a ampliá-la no Extremo Oriente. Um segundo objetivo da segunda NSS de Trump é o de retomar, para os Estados Unidos, a preeminência global no campo energético – entendido,

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Pós-Doutorado Nota 10 pela FAPERJ (2026). E-mail: dominique_m_souza@live.com

² Professor Adjunto e pesquisador no Departamento de Evolução Econômica (DEE) da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da mesma instituição. E-mail: danskos@gmail.com

essencialmente, como a produção de combustíveis fósseis. Isto é, retomar uma posição de liderança como principal fornecedor mundial de petróleo e seus gases (como o gás natural), meta que se tornou almejável nos últimos anos devido à “revolução” do *shale oil*, o óleo de xisto.

De fato, o enorme salto nessa produção vem permitindo aos Estados Unidos deixar de depender de fontes estrangeiras para o grosso do seu abastecimento e mesmo voltar a ser um grande exportador. Segundo dados do *Atlas of Economic Complexity*, entre 2010 e 2024 os estadunidenses ampliaram suas exportações de petróleo de apenas 0,19% do total mundial para 11,08%, apenas ligeiramente atrás da líder Arábia Saudita (11,35%). Enquanto isso, reduziram suas importações de 22,43% para 14,45% (embora ainda permaneçam expressivas).

Já quanto aos gases de petróleo, a posição global dos Estados Unidos se transformou radicalmente: suas exportações avançaram no mesmo período de 2,97% para 17,30%, assumindo a liderança mundial; ao passo que suas importações recuaram de 8,49% para apenas 2,61%. Um terceiro objetivo central explicitado pela NSS – e tudo indica, o mais prioritário dentre eles – é a proclamação de uma estratégia de cerco e contenção da China, descrita mesmo como uma ameaça “existencial” aos Estados Unidos, seus valores e interesses.

Com efeito, essa estratégia se fundamenta, em primeiro lugar, no emprego de instrumentos que a literatura vem descrevendo como “geoeconômicos”. Por exemplo, pretendem confrontar globalmente o vigoroso ímpeto exportador chinês, visto como força motriz da sua preeminência industrial e do seu enorme e crescente poderio financeiro. Esse é um dos sentidos – o outro é a reconstrução de uma dita “economia de guerra” nos Estados Unidos – da política comercial “protecionista” (ainda que errática) do segundo governo Trump, visando promover o *reshoring* de fábricas e empresas e concorrer globalmente com os produtos chineses. É essa também a finalidade de instar seus aliados industrializados, como os europeus, japoneses e coreanos, a fazerem o mesmo.

Com isso, pretende-se que a China abandone suas práticas descritas como “mercantilistas” e “predatórias”, voltando-se para o consumo interno. Assim, pretendem também reduzir os enormes superávits comerciais chineses e, logo, seus também enormes saldos em contas externas que lhes permitiram compor reservas internacionais avaliadas em trilhões de dólares e, conseqüentemente, empregar uma gigantesca capacidade de investimento no exterior. Assim, a China segue financiando a sua *Belt and Road Initiative*; a aquisição de diferentes infraestruturas críticas (energias, transportes, serviços públicos etc.) ao redor do mundo, como no “Hemisfério Ocidental” que os estadunidenses entendem como crítico para a sua segurança nacional; e ainda, a aquisição – também “denunciada” pela NSS – de muitas empresas produtivas e tecnologias de ponta nos próprios Estados Unidos.

Outro instrumento proposto pela NSS visando minar a aquisição crescente de riqueza e poder pela China é comprometer o seu abastecimento de materiais “críticos”, “estratégicos”, principalmente aqueles indispensáveis para a sua industrialização, urbanização e poderio militar: energias fósseis; minérios, como as chamadas “terras raras”; alimentos e insumos industriais. Conciliada com a iniciativa anterior, temos aqui uma pretensão muito clara de “estrangular” a ascensão chinesa por uma via dupla: comprometendo seus abastecimentos indispensáveis; e também o escoamento, igualmente indispensável, dos seus imensos excedentes de produtos manufaturados. Em resumo, pretendem conter tanto o desenvolvimento material quanto o poderio militar da China sem ter – a princípio – que recorrer à guerra para isso.

O ataque iniciado pelos Estados Unidos e por Israel contra o Irã, no dia 28 de fevereiro de 2026, foi inicialmente apresentado por Trump sob as justificativas – ou ambições – de destruir os programas nuclear e balístico iranianos, extinguindo suas capacidades ofensivas; eliminar suas principais lideranças, deixando o regime “acéfalo”; ou mesmo promover a sua derrubada numa – mais uma – operação de “*regime change*”. Hoje, meses depois, apesar de diversas tentativas,

nada disso foi alcançado – mesmo com o assassinato do aiatolá Khamenei (já nos primeiros momentos do ataque) e de diversas lideranças políticas e militares iranianas –, configurando, até então, sinais de grande capacidade estratégica iraniana a despeito da sua evidente inferioridade militar.

Não obstante, se retomarmos uma leitura atenta da NSS, o fracasso em alcançar seus objetivos declarados não significa que a guerra contra o Irã não esteja produzindo dividendos estratégicos para os Estados Unidos. O estado de conflagração no Golfo Pérsico gerou uma interrupção quase total no tráfego marítimo pelo Estreito de Ormuz e, conseqüentemente, uma inviabilização da região como fornecedora global de petróleo e gás natural. Existem também danos, em dimensões ainda desconhecidas, à infraestrutura energética da região como poços, plataformas *onshore* e *offshore*, refinarias, oleodutos, gasodutos, portos e terminais de armazenagem. Analistas do campo têm afirmado que, mesmo com a assinatura de um acordo de paz entre as partes, é provável que não haja recuperação plena das infraestruturas e “normalização” dos fluxos comerciais da região durante anos – sem descartar a possibilidade de que os temores quanto à retomada do conflito produzam uma sensação crônica de insegurança que afaste investimentos e encareça significativamente, ou mesmo inviabilize, os fretes marítimos pela área.

Portanto, a médio e longo prazos, esses analistas preveem uma elevação ainda mais substancial e duradoura nos preços internacionais do petróleo e seus gases do que a ocorrida nas últimas semanas. Com isso, as indústrias do *shale oil* e do gás natural líquido dos Estados Unidos (e também em outros países, como o Canadá) serão fortemente beneficiadas, pois seus custos de produção são bastante elevados. Nesse cenário, teríamos então uma redução da importância, ou mesmo a saída de cena por tempo indeterminado, de grandes fornecedores como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Iraque, Qatar, quiçá o próprio Irã; de outro lado, teríamos fortes incentivos ao crescimento da produção e das exportações dos próprios Estados Unidos. Ou seja, o comprometimento da

concorrência do Oriente Médio apoiaria significativamente o objetivo da NSS de alçar os Estados Unidos à desejada preeminência energética global.

É nesse ponto, argumentamos, que o controle crescente dos Estados Unidos sobre as fontes globais de energias (fósseis) poderá ser uma peça-chave para viabilizar os demais objetivos centrais da sua estratégia. Afinal, a China foi em 2024 a maior importadora mundial de petróleo e seus gases: respectivamente 21,52% e 17,71% dos totais, gastando cerca de 288 bilhões de dólares para obtê-los. Quase a metade do seu petróleo importado e cerca de 20% dos seus gases vieram do Golfo Pérsico. Portanto, a região não é apenas o principal “gargalo” do abastecimento global de combustíveis fósseis, com cerca de 20% dos fluxos mundiais; é também, e ainda mais, o principal “gargalo” do abastecimento chinês.

Consequentemente, o aumento da participação e do poder dos Estados Unidos sobre as fontes globais lhes forneceria meios mais eficazes para comprometer o abastecimento energético chinês. E não apenas isso, pois também lhes daria um poderoso instrumento de pressão sobre outros países altamente necessitados desses suprimentos. Por exemplo, em 2024 o Japão obteve mais de 90% do seu petróleo do Golfo Pérsico. A Coreia do Sul, quase 70%; e quase ¼ dos seus gases. Os europeus, que obtiveram cerca de 10% do seu petróleo do Golfo e quase 20% dos Estados Unidos, dependeriam ainda mais dos últimos. Idem para os seus gases, 13,52% dos quais vieram dos Estados Unidos; 30%, da Noruega; e 12,15% (ainda) da Rússia. Em suma, para esses países, a “perda” do Golfo Pérsico agravaria ainda mais um quadro já decorrente da guerra da Ucrânia: uma necessidade crescente dos próprios Estados Unidos para o seu abastecimento energético.

Portanto, a desarticulação do Golfo Pérsico como principal fornecedor mundial de petróleo e seus gases e a sua almejada substituição pelos Estados Unidos poderá representar uma possibilidade concreta, para o segundo governo Trump, de avançar diferentes objetivos centrais da sua NSS, ampliando o poder

dos Estados Unidos tanto em relação à China quanto aos seus principais aliados, muitas vezes, reticentes em seguir as suas diretrizes. Assim, a guerra do Irã avançaria o “nexo energético” da nova geoestratégia por ela delineada. Vale ressaltarmos, porém, que tal estratégia não está isenta de riscos. Em primeiro lugar, a China possui atualmente um abastecimento consideravelmente diversificado em termos geográficos, com grandes fontes fora do Oriente Médio como a Rússia; Austrália e Ásia Central (gás natural); Brasil, Angola e outros países da África ocidental (petróleo). Além disso, também vem trabalhando para reduzir a sua dependência de combustíveis fósseis ao avançar consideravelmente na geração de energias renováveis e na eletrificação dos seus veículos, setores nos quais é líder mundial indisputável. Ou seja, embora exista uma vasta gama de aplicações industriais para as quais o petróleo e seus gases permanecerão insubstituíveis, a tentativa de “estrangulamento” do abastecimento energético da China poderá fracassar.

Em segundo lugar, o prolongamento do conflito torna a situação doméstica de Trump cada vez mais precária. Segundo as pesquisas de opinião pública, a guerra no Irã é crescentemente impopular e rejeitada por grande parte dos estadunidenses. Grandes próceres do próprio movimento *MAGA* (*Make America Great Again*), como o ex-âncora de televisão Tucker Carlson, se insurgiram contra ela e vêm lhe fazendo oposição ostensiva ao criticar as motivações e a aparente falta de objetivos do governo; e mesmo apontando uma “subserviência” de Trump a Israel. Finalmente, os preços dos combustíveis também têm subido fortemente nos Estados Unidos, gerando temores de inflação generalizada às vésperas das eleições de meio de mandato em novembro deste ano, que renovarão grande parte do Congresso. Uma derrota republicana acachapante poderá se revelar comprometedora da funcionalidade, se não mesmo da continuidade, do seu governo.

Por fim, vale lembrar que as monarquias exportadoras de petróleo e seus gases do Golfo Pérsico vêm cumprindo, há décadas, um papel central na

hegemonia do dólar dos Estados Unidos no sistema financeiro internacional, por sua vez, um pilar indispensável na sua supremacia financeira, tecnológica e militar global. Por um lado, a denominação e a comercialização dos seus recursos em dólares garantem uma demanda internacional incessante por eles; por outro, seus rendimentos multibilionários, investidos preferencialmente no sistema bancário e nos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, contribuem significativamente para financiar a trilionária dívida pública estadunidense e para capitalizar seu sistema financeiro, configurando a chamada “reciclagem dos petrodólares”. Como ficarão as alianças entre as monarquias do Golfo Pérsico e os Estados Unidos diante dessa, até aqui, patente incapacidade das forças estadunidenses de protegê-las, submeter o Irã e assegurar o livre fluxo marítimo no Estreito de Ormuz? O que será feito dos “petrodólares” caso o Golfo Pérsico não retorne ao *status quo* anterior? Estarão sendo criadas condições que viabilizem ou generalizem sistemas de abastecimento energético alternativos, por exemplo, baseados em preços, vendas e investimentos denominados na moeda chinesa? Portanto, não se pode descartar a possibilidade de que esta guerra e suas consequências produzam efeitos que escapem, talvez inteiramente, aos intuitos e controles dos Estados Unidos.

Referências

Hausmann, R. et al. (2014) The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity. Cambridge: The MIT Press.

2. Os Três Princípios em Xequê: Política de Defesa e Exportação de Armas no Japão de Takaichi

Martha Nummer³

Júlia Lameiras⁴

Alana Camoça⁵

Em outubro de 2025, Takaichi Sanae assumiu a chefia do governo japonês como a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra do país. Sua eleição sinalizou uma ascensão na projeção de lideranças nacionalistas no poder, uma vez que Takaichi é associada à ala mais

radical do Partido Liberal Democrático (LDP) e ao *lobby* nacionalista Nippon Kaigi, enfatizando um tom do Japão cada vez mais próximo em relação aos Estados Unidos e também em direção a potenciais transformações e flexibilizações na política de segurança e defesa do país.

As próximas linhas do presente artigo pretendem justamente apresentar uma breve análise da política de segurança do Japão com ênfase na decisão de 21 de abril em relação à exportação de armas, sem nenhuma deliberação parlamentar, e com apenas três reuniões de consulta entre LDP e o partido aliado Nippon Ishin (Sato; Yoshida; Ushio, 2026). Essa política representa uma mudança notável do Japão após 80 anos de restrições à exportação de armas como parte de sua política pacifista.

Japão e política de segurança no século XXI: pressões internacionais e domésticas

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). E-mail: marthanmmr@gmail.com

⁴ Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo PIBIC, pesquisadora do LabÁsia e do DataMundi. E-mail: lameirasjulia@gmail.com

⁵ Professora Adjunta no Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DRI-UERJ) e professora do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). E-mail: alanacamoca@gmail.com

A política externa e de segurança do Japão passou por grandes transformações no século XXI, aprofundando o debate sobre a (re)militarização do país. Essas mudanças não são necessariamente novas, posto que são resultados de um longo processo de erosão gradual de restrições constitucionais operado pela via de reinterpretações. Esse processo ganhou contornos mais nítidos com a ascensão de Shinzo Abe a partir de 2012, figura que muitos analistas identificam como aquele que efetivamente transformou a chamada "grande estratégia" do Japão (Hosoya, 2025).

Do ponto de vista externo, as pressões sobre o Japão para que ampliasse sua participação em segurança internacional acompanharam toda a trajetória da aliança bilateral. Washington estimulou discretamente o rearmamento japonês já nos anos 1950, no contexto da Guerra da Coreia, e intensificou essas demandas após a Guerra do Golfo (1990-1991), quando o Japão foi criticado por limitar sua contribuição ao apoio financeiro — uma diplomacia de pagamentos (Oliveira, 2019). A lógica era clara: converter a capacidade econômica japonesa em responsabilidade estratégica. No século XXI, essa pressão se materializou no envio das Forças de Autodefesa (SDF) ao Iraque em dezembro de 2003, sob o governo Koizumi; foi a primeira vez desde 1945 que tropas japonesas ingressaram em uma zona de conflito, ainda que sob a justificativa de "área de não combate". A ação foi resposta à demanda dos Estados Unidos, que mantiveram sobre o país um guarda-chuva de segurança nuclear e militar por décadas, em troca de lealdade estratégica⁶. Somava-se a isso a crescente tensão com a China, acelerada pelas disputas territoriais no Mar do Leste da China, envolvendo as ilhas Senkaku/Diaoyu, e pelos recorrentes lançamentos de mísseis norte-coreanos.

Um outro contexto em que a SDF está autorizada a utilizar armas, sob certas restrições, é durante as Missões de Paz da ONU (PKO). Desde a

⁶ A aliança de segurança entre EUA e Japão remonta ao Tratado de Segurança de 1951, que lançou as bases para a independência do Japão após um breve período de ocupação estadunidense e para a permanência de bases militares dos EUA em seu solo. Em 1960, foi assinado o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança, estabelecendo uma obrigação de defesa mútua sob o Artigo 5º, que obriga as partes a agirem caso haja um ataque armado em territórios japoneses.

promulgação da Lei de Cooperação Internacional para a Paz, em junho de 1992, o Japão participou de 30 missões, sendo 14 delas PKOs. Atualmente, segundo os dados da ONU, há apenas dois Military Staff Officers japoneses em operações de paz, ambos na UNMISS, que ocorre no Sudão do Sul. Entretanto, é importante ressaltar que os enviados japoneses não tinham autorização para o uso de armas até 2016, quando foi feita a revisão das *Rules of Engagement* e seu uso, ainda que de forma restrita, foi liberado. Ademais, a partir de dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão, percebe-se que a maioria dos enviados para essas missões faz parte da unidade de engenharia, reforçando um papel mais técnico das tropas e evitando possíveis confrontos diretos que poderiam exceder os limites constitucionais. Dessa forma, o Japão se mantém como um apoiador das PKOs, ainda que isso seja feito majoritariamente com contribuições ao financiamento das missões, sendo o terceiro maior doador das contribuições fixadas para as operações de paz atrás apenas de EUA e China, e com apoio logístico, com o envio de unidades de engenharia e oferecendo cursos de treinamento de inteligência, engenharia e medicina para outros países, principalmente nações da África e da Ásia.

Do ponto de vista doméstico, há uma pressão significativa por parte de grupos ultranacionalistas, que remonta à década de 1990, com a criação do lobby Nippon Kaigi (NK). Embora grupos nacionalistas já estivessem atuando na política com o objetivo de garantir uma revisão constitucional, foi a institucionalização do NK que permitiu que essas pautas ganhassem maior espaço dentre as políticas governamentais. Existe um senso de descontentamento em relação ao fato de a Constituição vigente ter sido “imposta” por estrangeiros e de a defesa nacional depender dos EUA (Guthmann, 2024). Nesse sentido, o grupo advoga não apenas pela revisão do artigo 9, responsável pela renúncia do Japão a manter forças armadas, mas também por uma revisão constitucional que restaure o poder do imperador e pelo revisionismo histórico do Japão Imperial.

Esse padrão se intensificou com Shinzo Abe, que retornou ao poder em 2012 em um contexto internacional em que a China se consagrou como segunda maior economia mundial desde 2010, a escalada nuclear norte-coreana continuou e o Pivô para a Ásia de Obama foi lançado, reposicionando Washington como potência do Pacífico. Nesse contexto, em julho de 2014, o gabinete Abe reinterpretou o Artigo 9, permitindo pela primeira vez o exercício da autodefesa coletiva. Em setembro de 2015, o Parlamento aprovou o pacote de leis decorrente, sob forte oposição pública (Japan Press Weekly, 2015).

Paralelamente, Abe já propagava a ideia de uma "Contribuição Proativa para a Paz", política externa ativa que antecede e prepara o terreno para o que viria a ser a política designada para um Indo-Pacífico Livre e Aberto (FOIP). Essa política consistia em um enquadramento geopolítico que posicionava o Japão como arquiteto de uma estrutura de contenção à China e de uma ordem de segurança regional baseada em valores liberais — associados à própria presença estadunidense. O governo Takaichi herdou essa trajetória e parece estar empenhado em acelerá-la.

Transformações na política de defesa japonesa à vista: uma revisão dos três princípios de exportações de armas japonesas (1950-2025)

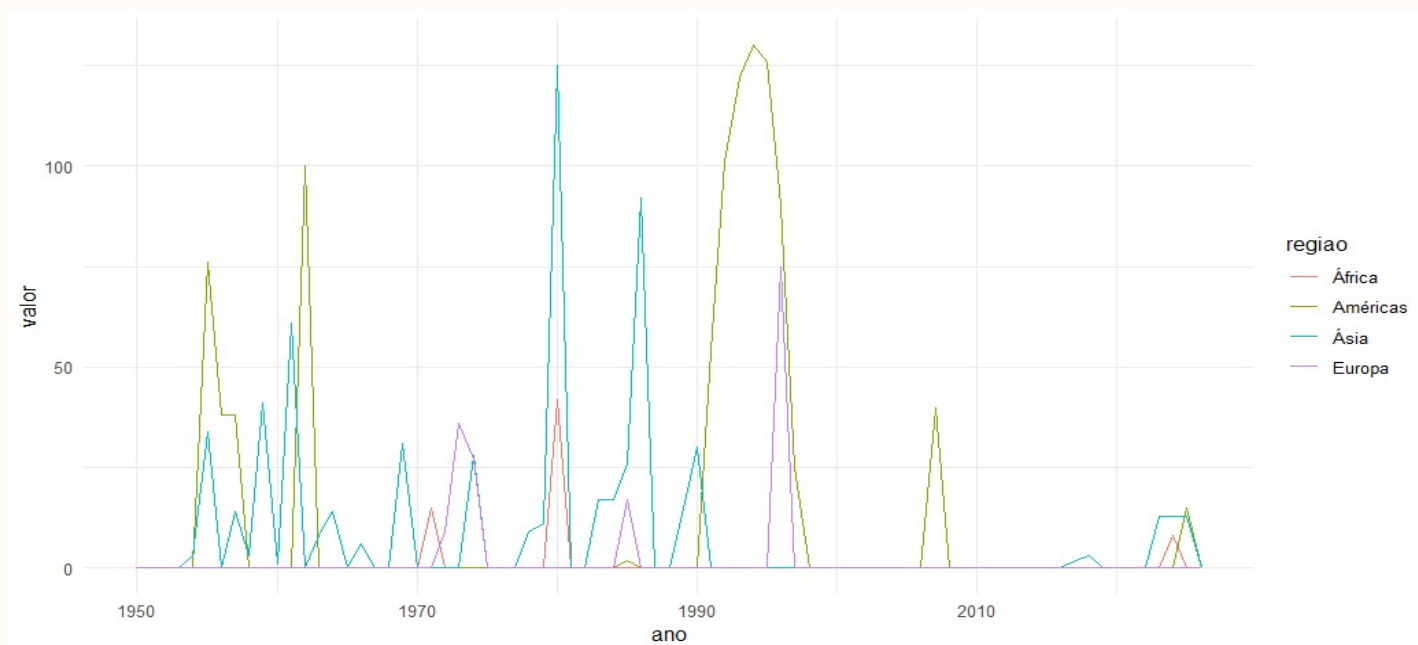
Formulados em 1967 pelo primeiro-ministro Sato Eisaku sob pressão da oposição, os Três Princípios proibiam a exportação de armas a países comunistas, sob embargo da ONU ou em conflito. Em 1976, Miki Takeo os endureceu, transformando-os em uma proibição geral. Todavia, já na década de 1980, foram autorizadas transferências de tecnologia militar aos EUA (Sato, 2015; Shiraishi, 2014). No século XXI, em 2011, o primeiro-ministro Yoshihiko Noda permitiu o desenvolvimento e produção conjunta com parceiros próximos, enquanto em 2014, Abe substituiu os Três Princípios originais por um novo sistema que deslocou a lógica da proibição para a regulação, mas manteve a restrição a produtos letais (Japan, 2014). Kishida avançou em 2022 e 2023, autorizando equipamentos não

letais à Ucrânia e a exportação de armamentos fabricados sob licença de volta aos países licenciadores. Em 2024, abriu-se caminho para o caça de próxima geração do programa GCAP ser vendido a outros países (Hua, 2026).

Observando dados históricos, no gráfico abaixo é possível ver para quais países o Japão exportou armas segundo dados do SIPRI (2026).

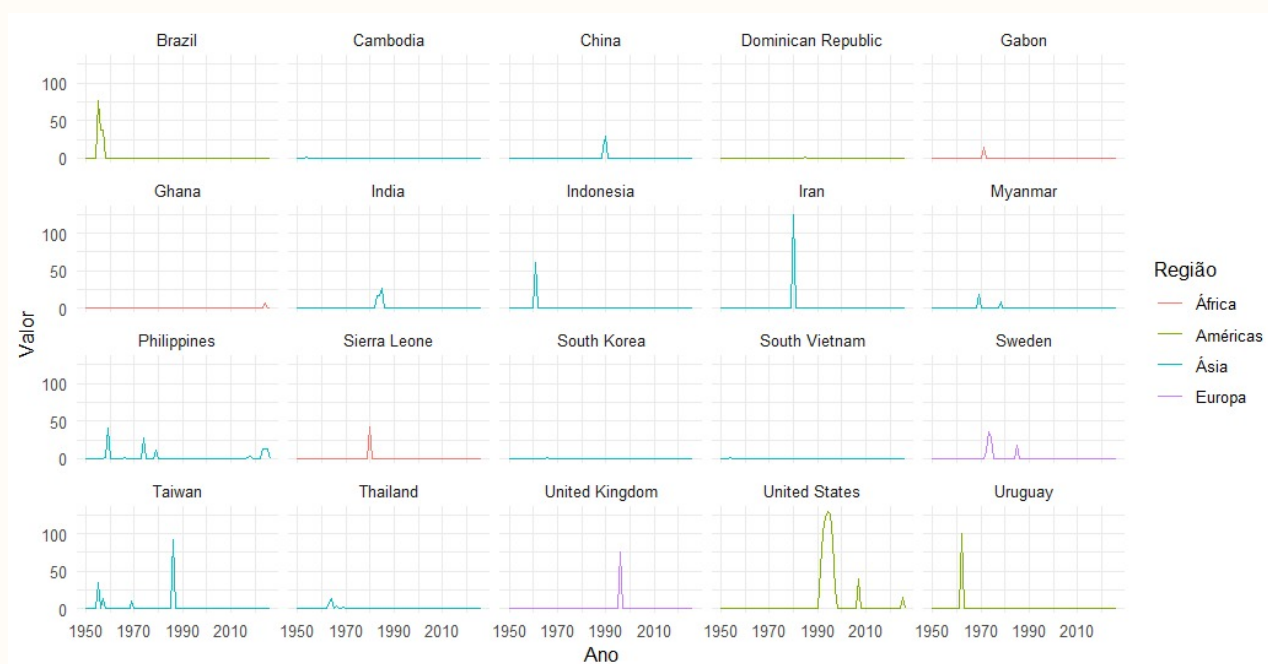
Gráfico 1

Demonstração de exportação por região (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

Gráfico 2
Demonstração de exportação dividida por países (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

A trajetória das exportações de armamentos japoneses reflete as tensões entre o pacifismo e as pressões do ambiente estratégico regional. Desde a promulgação dos Três Princípios sobre Exportações de Armas em 1967 e seu posterior endurecimento em 1976 sob o gabinete Miki Takeo, que estendeu a restrição a praticamente todas as transferências, com exceção de tecnologias militares compartilhadas com os Estados Unidos, o Japão manteve uma política formalmente restritiva, ainda que permeada por exceções operacionais.

Os dados do SIPRI⁷ revelam que transferências de materiais de uso dual e equipamentos de apoio ocorreram durante a Guerra Fria, e particularmente para países asiáticos aliados dos Estados Unidos, como Filipinas, Coreia do Sul, Tailândia e Taiwan, parceiros de Washington no Indo-Pacífico. O pico registrado nas exportações japonesas para os Estados Unidos na década de 1990 reflete, na prática, a entrega de 180 aeronaves de treinamento T-1A Jayhawk no âmbito do programa *Tanker Transport Training System* (TTTS), um contrato de produção sob licença que ilustra como a cooperação bilateral operava dentro dos limites formais.

Os dados evidenciam, portanto, uma política que nunca foi de embargo absoluto, mas de restrição seletiva, cujos limites foram alargados paulatinamente. Takaichi, por sua vez, formalizou o que seus antecessores construíram e aboliu as cinco categorias restritivas, liberando a exportação de sistemas letais (fragatas, mísseis, drones de combate) aos países com acordos de defesa com o Japão. A decisão foi enquadrada pela primeira-ministra como imperativa diante de um ambiente de segurança não apenas regional, mas internacional, cada vez mais restritivo (Japan, 2026).

A flexibilização de Takaichi pode representar justamente uma ampliação das transferências japonesas. O próprio contrato australiano para aquisição de 11 fragatas da classe Mogami ilustra essa transformação das políticas do Japão (SIPRI, 2026), sendo um instrumento de aprofundamento da interoperabilidade, alinhamento de padrões e construção de uma linguagem estratégica comum entre os parceiros de defesa do Japão (Hua, 2026). Não por acaso, Tóquio mudou efetivamente o tom em relação à China. A edição de 2025 classificava a China como "o mais importante dos parceiros bilaterais", mas a edição de 2026 mudou para "vizinho importante" (Miyawaki, 2026).

⁷ Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos do SIPRI Arms Transfers Database, atualizado em março de 2026. Os valores expressos nos gráficos correspondem ao Trend Indicator Value (TIV), unidade desenvolvida pelo SIPRI para medir o volume de transferências de armas convencionais de grande porte. O TIV é calculado com base nos custos unitários de produção de um conjunto de referência de sistemas de armas e busca representar a transferência de recursos militares. O banco de dados cobre vendas, doações e licenças de fabricação, mas exclui transferências de tecnologia e serviços de suporte, o que implica que as transferências registradas para o Japão podem estar subestimadas em relação à totalidade dos fluxos de recursos militares do período analisado.

Importante reforçar também quem é Takaichi e qual é a sua trajetória. Denominada herdeira política de Shinzo Abe (The Asahi Shimbun, 2025b; Yamaguchi, 2026), Takaichi ocupou importantes cargos de liderança em seis ministérios⁸ durante os dois mandatos dele. Além de defender e promover políticas nacionalistas da era Abe, como a revisão do artigo 9 e a reescrita e redistribuição de livros escolares, é também uma grande defensora das visitas oficiais ao templo Yasukuni⁹. Ela esteve presente em mais de uma visita governamental ao templo, a primeira em 2007, seguida por outros registros em 2014, 2016 e 2020. Ainda na década de 1990, ela elogiou fortemente a campanha eleitoral de Adolf Hitler e recomendou a leitura do controverso *Hitler's Election Strategy: The Bible for Winning Modern Elections*, escrito por Yoshio Ogai, também membro do LDP (Bacchi, 2014). Mais tarde, quando foi nomeada para o Ministério das Comunicações, foi flagrada em um escândalo de associação com membros de partidos neonazistas (McCurry, 2014). Durante sua campanha eleitoral em 2025, foi responsável por disseminar narrativas xenófobas ao afirmar que estrangeiros eram responsáveis pelos maus-tratos aos animais símbolo da cidade, os cervos (The Asahi Shimbun, 2025a).

Nesse sentido, o histórico de pautas nacionalistas de Takaichi deixou de ser apenas uma marca de sua trajetória pessoal para fundamentar mudanças na política de segurança e de defesa do Japão. A narrativa oficial do governo Takaichi baseia a revisão em argumentos de segurança relacionados à deterioração do ambiente regional diante de China, Coreia do Norte e Rússia, e o esforço de reforço de interoperabilidade com aliados. Essa transformação também está ancorada em uma dinâmica econômica, posto que as próprias indústrias japonesas acabavam limitando suas produções e exportações ao que era permitido (Hua, 2026). Não

⁸ Ministério de Estado para Assuntos de Okinawa e Territórios do Norte, Ministério de Estado para Políticas de Ciência e Tecnologia, Ministério de Estado para Inovação, Ministério de Estado para Assuntos da Juventude e Igualdade de Gênero, Ministério de Estado para Segurança Alimentar no Gabinete japonês e Ministério de Assuntos Internos e Comunicações

⁹ O templo Yasukuni é uma fonte de disputas diplomáticas no Leste e Sudeste Asiáticos devido ao seu valor simbólico nacionalista. Além de homenagens a mais de mil criminosos de guerra, o Yasukuni exalta a ideologia do Xintoísmo de Estado e promove narrativas revisionistas sobre a colonização e a violência japonesa na Ásia durante o século XX.

por acaso, a exportação de armamentos foi designada pelo governo como uma das áreas estratégicas de crescimento industrial, o que revela que a revisão não é apenas resposta à ameaça, mas também projeto de desenvolvimento do setor de defesa.

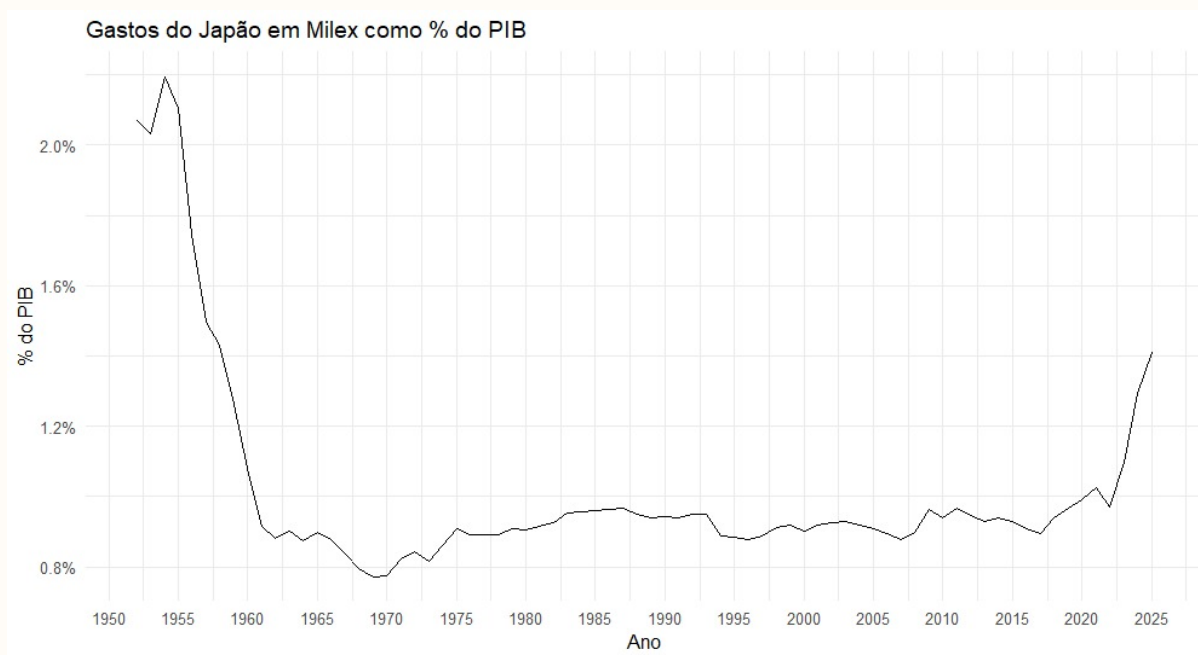
Outro fator determinante é a reconfiguração da coalizão governante. A saída do Komeito, partido de orientação pacifista que exercia a função de freio interno no LDP, e sua substituição pelo Nippon Ishin no Kai, de perfil nacionalista-reformista, alterou o equilíbrio de forças doméstico. No acordo assinado entre Takaichi e o representante do Ishin, Hirofumi Yoshimura, ambos os partidos se comprometem a trabalhar para enriquecer suas bases nacionais e buscar políticas internas e externas que impulsionem o Japão para um caminho de maior independência securitária.

Esse objetivo fica evidente ao analisarmos as cláusulas do documento, que estabelecem a criação de uma comissão conjunta de redação para a revisão do Artigo 9º da Constituição, a revisão da Estratégia de Segurança Nacional, desenvolvimento de mísseis de contra-ataque de longo alcance e submarinos nucleares, bem como alterações na estrutura da SDF e criação de novas instalações de blindagem sob tutela japonesa. A revisão dos Três Princípios estava prevista no acordo de coalizão entre LDP e Nippon Ishin, o que evidencia que a saída do Komeito — historicamente um freio às ambições securitárias do LDP — e sua substituição por um parceiro de perfil nacionalista-reformista foi condição política indispensável para que a mudança se concretizasse.

A decisão de atribuir ao governo e ao Conselho de Segurança Nacional — e não ao Parlamento — a aprovação caso a caso das exportações levantou críticas substantivas da oposição, que vê nesse arranjo um esvaziamento do controle democrático sobre decisões de sensibilidade geopolítica (JJI, 2026). Vale ressaltar que essa é apenas uma das transformações, posto que paralelamente à revisão das exportações, o governo Takaichi comprometeu-se a antecipar em dois anos, de 2027 para o ano fiscal de 2025, a meta de elevar os gastos em defesa a 2% do

PIB. Abaixo é possível observar os gastos japoneses em defesa que se mantiveram significativamente atrelados a apenas 1% do PIB, mesmo que isso tornasse o país, durante muitos anos, um dos dez que mais gastavam em capacidade militar (defesa).

Gráfico 3
Gastos japoneses em defesa (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

Considerações Finais

As últimas décadas têm evidenciado uma transformação significativa na política de defesa e segurança do Japão, impulsionada por pressões externas, como no caso do avanço militar chinês e das demandas crescentes dos Estados Unidos, sobretudo de Donald Trump, por maior compartilhamento dos custos da aliança. Além disso, pressões domésticas, em especial a ascensão de grupos nacionalistas que advogam por uma postura estratégica mais assertiva e um retorno a um ideal militarista do país, também têm afetado a política de Tóquio. Isso vem transformando a política de defesa do país e, como exemplo concreto,

modificou a transferência de equipamentos e tecnologias de defesa do país, como tratamos aqui. No fim, as transformações do Japão são essenciais para compreendermos o impacto que esse processo pode ter sobre o equilíbrio de poder na região do Indo-Pacífico nos próximos anos.

Referências

- Asahi Shimbun. "Takaichi Acts as 'Abe's Successor' in Summit with Trump in Tokyo." 26 de outubro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.asahi.com/ajw/articles/16120575>.
- . "Takaichi Says She 'Confirmed' Deer-Kicking by Foreign Tourists." 25 de setembro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.asahi.com/ajw/articles/16049247>.
- Bacchi, Umberto. "Japan: Adolf Hitler Book Haunts Interior Minister Sanae Takaichi." *International Business Times*, 11 de setembro de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.ibtimes.co.uk/japan-adolf-hitler-book-haunts-interior-minister-sanae-takaichi-1465067>.
- Guthmann, Thierry. *Nippon Kaigi: Political Nationalism in Contemporary Japan*. Traduzido por Arthur Stockwin. London: Routledge, 2024.
- Hosoya, Yuichi. "Japan's Grand Strategy." In *East Asia's Grand Strategies: A Twelve-Case Comparison*, organizado por Ramon Pacheco Pardo e Jung H. Pak, Washington, DC: Georgetown University Press, 2025.
- Hua, Haonan. "Breaking the Postwar Taboo: Japan Lifts Its Ban on Lethal Arms Exports." *The Diplomat*, 23 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://thediplomat.com/2026/04/breaking-the-postwar-taboo-japan-lifts-its-ban-on-lethal-arms-exports/>.
- Japan, Cabinet Secretariat. *Review of the Three Principles on Transfer of Defense Equipment and Technology and Its Implementation Guidelines*. Tokyo: Cabinet Secretariat, 21 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. https://www.cas.go.jp/jp/gaiyou/jimu/pdf/r80421_iten.pdf.
- Japan, Ministry of Foreign Affairs. "Japan's Contributions Based on the International Peace Cooperation Act." 27 de fevereiro de 2024. Acesso em 5 de maio de 2026. https://www.mofa.go.jp/fp/ipc/page22e_000684.html.
- . "Japan's Contributions to UN Peacekeeping Operations (PKO)." 27 de fevereiro de 2024. Acesso em 5 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/>.
- . *Japan's Legislation for Peace and Security*. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs, março de 2016. Acesso em 5 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/files/000143304.pdf>.
- . *Three Principles on Transfer of Defense Equipment and Technology*. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs, 1 de abril de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/files/000034953.pdf>.
- Japan Press Weekly. "NHK in Opinion Poll Tries to Make Objections to War Laws Look Smaller." 11–17 de novembro de 2015. Acesso em 4 de maio de 2026.

<https://www.japan-press.co.jp/s/news/?id=8711>.

Jiji. "Opposition Calls for Prior Notification to Parliament over Arms Exports." The Japan Times, 13 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026.

<https://www.japantimes.co.jp/news/2026/04/13/japan/opposition-arms-exports-notification/>.

Johnstone, Christopher B., e Adam P. Liff. "Japan's Present and Future National Security Strategy: Five Key Challenges to Watch." Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 17 de dezembro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.csis.org/analysis/japans-present-and-future-national-security-strategy-five-key-challenges-watch>.

McCurry, Justin. "Neo-Nazi Photos Pose Headache for Shinzo Abe." The Guardian, 9 de setembro de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026.

<https://www.theguardian.com/world/2014/sep/09/neo-nazi-photos-pose-headache-for-shinzo-abe>.

Miyawaki, Kaede. "26-nen ban no 'gaikō sho' kōhyō" [Publicação do "Livro Azul de Diplomacia", edição 2026]. Asahi Shimbun, ed. matutina de Nagoia, 11 de abril de 2026, 4.

Oliveira, Alana Camoça Gonçalves de. "Entre o sol, a águia e o dragão: dinâmicas de poder e segurança entre Japão, EUA e China no Leste Asiático e o estudo de caso das ilhas Senkaku/Diaoyu no século XXI." Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

Satō, Eiichirō, Hirō Yoshida, e Masatoshi Ushio. "Buki yushutsu: fumidashita seifu" [Exportação de armas: o governo deu o passo]. Asahi Shimbun, ed. matutina de Tóquio, 22 de abril de 2026, 2.

Sato, Heigo. Japan's Arms Export and Defense Production Policy. Strategic Japan Working Paper. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 31 de março de 2015. Acesso em 4 de maio de 2026.

https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/2023-06/150331_Sato_Strategic_Japan.pdf.

Shiraishi, Takashi. "The Three Principles on Arms Exports: Why Are They Up for Replacement?" Nippon.com, 31 de março de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.nippon.com/en/column/f00027/>.

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). "Arms Embargoes." Solna: SIPRI, 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.sipri.org/node/7669>.

United Nations Peacekeeping. "Troop and Police Contributors." Acesso em 5 de maio de 2026. <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>.

Yamaguchi, Mari. "Japan PM Hopeful Takaichi Chases Mentor Abe's Dream." Nikkei Asia, 23 de setembro de 2024. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://asia.nikkei.com/spotlight/big-in-asia/japan-pm-takaichi-chases-mentor-abe-s-dream>.

3. Mahan Revisitado: Poder Naval e a Geopolítica dos Estreitos no Século XXI

Pedro Martins¹⁰

Carlos Miguel Souza¹¹

José Felipe Campos¹²

O Estreito de Ormuz é a única conexão marítima do Golfo Pérsico com o Golfo de Omã e o Mar da Arábia. Ele tem entre 55 e 95 quilômetros de largura e separa o Irã, ao norte, do exclave omanense de Musandam. Os Emirados Árabes Unidos também se localizam nas cercanias do Estreito, a uma distância

de 65 a 80 quilômetros de seu ponto mais estreito. Ali também se localiza a sede da Quinta Frota da Marinha dos Estados Unidos e por ele passa cerca de um quarto do petróleo mundial.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (UNCLOS, na sigla em inglês) estabelece a livre navegação nos Estreitos. No entanto, o Estreito já esteve inserido em diversas disputas geopolíticas em que a sua livre navegação foi colocada em xeque. A primeira delas foi a chamada “Guerra dos Petroleiros” durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), em que ambos os lados usavam os seus respectivos petroleiros como alvos. Pouco tempo depois, aconteceu a Operação Praying Mantis, realizada pela Marinha dos Estados Unidos como parte da Operação Earnest Will que, por sua vez, era uma resposta aos danos sofridos pelo USS Samuel Roberts por uma mina naval iraniana. Mais recentemente, a navegação de Ormuz esteve sob risco em 2011 e em 2018, ambas as ocasiões relacio-

¹⁰ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). E-mail: pedromendesmartins3@gmail.com

¹¹ Graduando no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do LabÁsia. E-mail: carlosmiguelscarvalho13@gmail.com

¹² Graduando no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo CNPq, pesquisador do LabÁsia. E-mail: josefelipe.7cp@gmail.com

nadas ao programa nuclear iraniano: nesta, como resposta à saída dos Estados Unidos do Acordo Nuclear e, naquela, como resposta à aplicação de sanções ao Irã por parte de Estados Unidos e União Europeia relacionadas às controvérsias do programa nuclear iraniano. Em 2019, a navegação também esteve sob risco por causa da Crise dos Petroleiros, quando diversos petroleiros foram atacados nas costas de Omã e dos Emirados Árabes Unidos, sem que nenhum país assumisse a responsabilidade pelos ataques. A penúltima ocasião em que Ormuz esteve sob risco de ser fechado foi na chamada Guerra dos 12 dias¹³ em que, após ter as suas instalações nucleares atingidas por um ataque conjunto israelo-americano, o Parlamento iraniano autorizou o fechamento de Ormuz. No entanto, a medida não foi adiante porque o conflito acabou antes que a medida pudesse ser apreciada pelo Conselho de Segurança Nacional iraniano.¹⁴

Finalmente, a ocasião mais recente ocorreu em 28 de fevereiro de 2026, quando Israel e Estados Unidos iniciaram uma série de ataques ao território iraniano com vistas a eliminar a cúpula do governo iraniano e a dismantelar as capacidades militares do país. A reação iraniana veio na forma de bombardeio de bases americanas espalhadas na região, do território israelense e na crescente restrição da navegação do Estreito de Ormuz. Os impactos sobre a economia internacional se espalharam de forma intensa, aumentando o preço internacional do petróleo, a inflação em vários países e o risco de uma desestruturação econômica internacional de grandes proporções. Mais do que um tópico de grande interesse para a economia internacional, o Estreito de Ormuz mostra a importância da Geopolítica clássica.

¹³ Refere-se ao conflito ocorrido em 2025 entre Irã, Israel e Estados Unidos, desencadeado após ataques israelo-americanos contra instalações nucleares iranianas.

¹⁴ Órgão constitucional iraniano previsto no artigo 176 da Constituição, responsável pela coordenação das políticas de defesa e segurança nacional do país. É presidido pelo Presidente da República e composto por representantes dos três poderes, das Forças Armadas e do Líder Supremo. Suas decisões estratégicas, como um eventual fechamento do Estreito de Ormuz, dependem da aprovação do Líder Supremo.

Geopolítica dos Estreitos

Alfred T. Mahan (1890) foi um almirante americano que desenvolveu a tese de que a geopolítica das nações deveria ser orientada pelo poder naval, uma vez que ele via os mares não como barreiras naturais, mas como estradas que qualquer país poderia percorrer. A consequência desse pensamento é que o binômio comércio marítimo e marinha de guerra robusta é o motor da prosperidade nacional, visto que enquanto o primeiro gera riqueza, a segunda protege os interesses expansivos e a segurança do Estado, pavimentando o caminho para a ascensão à condição de potência marítima. Ao analisarmos o Estreito de Ormuz à luz da geopolítica, torna-se observável que o controle de passagens marítimas vitais para o comércio internacional é de extrema valia para os Estados que anseiam projetar o seu poder sobre os demais. Nesse sentido, o Estreito de Ormuz é um gargalo marítimo estratégico que não pode ser facilmente contornado sem custos proibitivos de tempo e combustível (Imagem 1).

Imagem 1
Mapa do Estreito de Ormuz



Fonte: Encyclopaedia Britannica – Strait of Hormuz. Strait of Hormuz. [S.l.], 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Strait-of-Hormuz>. Acesso em: 9 maio 2026.

Nesse contexto de recorrentes tensões geopolíticas em torno do controle do Estreito de Ormuz, torna-se necessário avançar da dimensão estratégica para a análise de seus efeitos concretos sobre o funcionamento do comércio mundial. O estreito constitui um dos principais *chokepoints* (pontos de estrangulamento) do sistema marítimo internacional, desempenhando papel central no escoamento de commodities energéticas e, por extensão, na sustentação das cadeias globais de produção e circulação. Estima-se que cerca de um quarto do comércio marítimo global de petróleo transite por essa passagem, o que corresponde a aproximadamente 20 milhões de barris por dia. Essa centralidade é ainda mais pronunciada quando se observa a composição das cargas: cerca de 38% do petróleo bruto transportado por via marítima, 29% do gás liquefeito de petróleo (GLP), além de volumes relevantes de produtos refinados e químicos, incluindo fertilizantes, dos quais aproximadamente um terço do comércio marítimo global depende dessa rota (IEA, 2026).

Dada essa centralidade, a região tornou-se um persistente palco de disputas geopolíticas e demonstrações de força entre os Estados Unidos e o Irã (Tabela 1). Os interesses iranianos em controlar o Estreito de Ormuz resultaram, de 1980 a 1988, na Guerra entre Irã e Iraque, a qual rapidamente se expandiu para o Estreito de Ormuz, assumindo o nome de Guerra dos Petroleiros. A hostilidade intensificou-se com a intervenção dos EUA na chamada “Operação Praying Mantis” dentro do escopo mais amplo da “Operação Earnest Will”, destinada a impedir a estratégia iraniana de utilizar minas navais e ameaças de fechamento do estreito para impedir o envolvimento internacional no conflito (BAIG, 2026).

Posteriormente, a Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), entre Kuwait e Iraque, consagrou o Estreito de Ormuz como alvo de interesse primordial para os EUA. O confronto se desenrolou com a invasão iraquiana do Kuwait e a tentativa de controle das reservas de petróleo do país e posterior interesse em invadir a

Arábia Saudita, de maneira a administrar a margem ocidental do estreito. O interesse do Iraque em controlar essa porção do Estreito de Ormuz e a possibilidade de estrangulamento econômico sobre o ocidente ia de encontro aos interesses estadunidenses e resultou no estabelecimento da Quinta Frota como mecanismo de patrulhamento dos EUA na região. Devido à proximidade das forças navais estadunidenses nesse gargalo marítimo, o Irã acelerou o seu investimento em guerras assimétricas para tentar equilibrar a superioridade tecnológica da Marinha dos EUA no Estreito.

Tabela 1
Ocasões em que o Estreito de Ormuz foi alvo de disputas geopolíticas

Evento	Período	Descrição
Guerra dos Petroleiros	1980-1988	Durante a Guerra Irã-Iraque, ambos os lados miraram os petroleiros um do outro e usaram minas navais para interromper a navegação no Estreito
Operação Praying Mantis	1988	Reação americana aos danos sofridos pelo USS Samuel Roberts por uma mina naval iraniana. Na ocasião, a Marinha americana atacou embarcações iranianas
Ameaça de fechamento no contexto das sanções nucleares	2011-2012	O governo iraniano ameaçou fechar a navegação no Estreito em resposta ao aumento das sanções americanas e europeias ao seu programa nuclear
Ameaça de fechamento no contexto da falência do Acordo Nuclear iraniano	2018	Depois que os Estados Unidos se retiraram do Acordo Nuclear iraniano (oficialmente chamado de Joint Comprehensive Plan of Action – JCPOA), o governo iraniano ameaçou fechar o Estreito de Ormuz
Crise dos Petroleiros	2019	Uma série de petroleiros foi atacada em águas dos Emirados Árabes Unidos e de Omã. Os EUA acusaram o Irã de ter perpetrado os ataques e chegaram a enviar o grupo de ataque do porta-aviões USS Abraham Lincoln para a região. Veio na esteira da designação da Guarda Revolucionária Iraniana como organização terrorista pelo governo americano e se inseria no contexto mais amplo de disputas regionais entre Irã e Arábia Saudita
Guerra dos 12 Dias	2025	Durante os ataques israelo-americanos às instalações

		nucleares iranianas, o Parlamento iraniano autorizou o fechamento do Estreito de Ormuz. A medida não foi adiante porque, constitucionalmente, ela precisaria ser aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional e o conflito acabou dias depois sem que a decisão fosse discutida
Guerra Israel-EUA e Irã	Em andamento	Durante a resposta iraniana aos ataques mais amplos de Israel e dos Estados Unidos à liderança iraniana, o governo do Irã autorizou — e implementou — o fechamento do Estreito de Ormuz, prejudicando a navegação. O governo permitia a navegação de navios iranianos, aqueles destinados à China ou aqueles que pagassem pedágio. Pouco tempo depois, o governo americano respondeu com um contrabloqueio do Estreito, impedindo que navios iranianos navegassem pelo Estreito.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de ASSOCIATED PRESS. *Strait of Hormuz shipping oil disruptions*. AP News, [s.l.], 2025. Disponível em: **AP News**. Acesso em: 9 maio 2026, CNN. *Tanker attacks: A timeline of tensions between Iran and the US*. CNN International, Atlanta, 14 jun. 2019. Disponível em: CNN International. Acesso em: 9 maio 2026, **Naval History and Heritage Command**. *Operation Praying Mantis*. Washington, D.C.: United States Navy, [s.d.]. Disponível em: **Operation Praying Mantis**. Acesso em: 9 maio 2026.

Impactos do Estreito para o Comércio Mundial

Apesar de ser regulado pelo Artigo 38 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que diz respeito ao Direito de Passagem em Trânsito mesmo em cenários de segurança nacional, o funcionamento habitual do Estreito de Ormuz foi interrompido recentemente pelo Irã. Em fevereiro de 2026, os EUA, com o auxílio de Israel, lançaram a Operação Epic Fury com o fito de dismantelar a alegada infraestrutura nuclear iraniana, ação imediatamente correspondida pela iniciativa do Irã de ameaçar paralisar o fluxo de navios no Estreito de Ormuz. Após uma série de ataques de ambas as partes neste conflito, as expectativas de preços do gás natural e do petróleo aumentaram e, em meio às tensões, algumas empresas de seguro logístico iniciaram o cancelamento de suas apólices de seguro para esse trecho marítimo, o que auxiliou a estratégia do Irã de, no início de março, declarar formalmente o fechamento do Estreito de Ormuz (BAIG, 2026). As reverberações contemporâneas acerca do Estreito de Ormuz exemplificam o

motivo pelo qual o chokepoint mais crítico no setor energético asiático converte-se recorrentemente em epicentro de tensões geopolíticas de alcance global.

A importância do Estreito de Ormuz não decorre apenas do volume que por ele circula (Imagem 2), mas também da limitada capacidade de substituição dessa via. As alternativas disponíveis — o oleoduto emiradense Habshan-Fujairah e o oleoduto saudita Leste-Oeste — permitem redirecionar apenas uma parcela restrita dos fluxos energéticos, enquanto, no caso do gás natural liquefeito, inexistem rotas capazes de absorver volumes equivalentes no curto prazo. A contração abrupta do tráfego marítimo, com reduções próximas à paralisação do fluxo de navios, ilustra a materialidade das interrupções e revela o grau de vulnerabilidade das cadeias globais de abastecimento. Como consequência, o comércio internacional passa a operar sob restrições físicas e logísticas significativas, ao mesmo tempo em que se observa uma desaceleração do seu crescimento em escala global. A dependência de fluxos energéticos que atravessam o estreito amplia a exposição de economias interconectadas a choques localizados, reforçando a transmissão de efeitos adversos ao longo das redes de comércio e produção.

Imagem 2

Ormuz como chokepoint marítimo global



Fonte: CORREIO DA MANHÃ. *Mapa do Estreito de Ormuz*. Lisboa, 24 jun. 2025.

Disponível em: Correio da Manhã. Acesso em: 14 maio 2026.

As consequências foram imediatas: o preço do petróleo ultrapassou os US\$108 por barril no dia 18 de março (ASSOCIATED PRESS, 2026), refletindo a sensibilidade dos preços a riscos de interrupção no fornecimento. Paralelamente, observa-se uma elevação expressiva dos custos de transporte marítimo, bem como dos preços de energia e insumos industriais, incluindo fertilizantes, o que evidencia a rápida propagação dos choques ao longo das cadeias globais. Como resultado, observa-se o ressurgimento de pressões inflacionárias em escala global, acompanhado por maior volatilidade financeira, desvalorização cambial em economias em desenvolvimento e elevação dos custos de financiamento externo. Nesse sentido, os impactos da escalada militar no Estreito de Ormuz extrapolam a esfera estritamente comercial, ao se manifestarem como um mecanismo de propagação de instabilidades entre os mercados de energia e finanças, com efeitos particularmente severos sobre países mais vulneráveis.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo foi mostrar como os ensinamentos da Geopolítica Clássica, sobretudo os trabalhos de Alfred T. Mahan, ainda são relevantes na contemporaneidade. Também demonstra o tamanho do impacto que o Estreito de Ormuz tem para a economia internacional contemporânea e como ele pode ser usado como trunfo geopolítico em situações de tensões regionais.

Referências

- Associated Press. "Oil Prices Sink and Stocks Leap Worldwide on Hopes for a Reopening of the Strait of Hormuz." AP News, 6 de maio de 2026. Acesso em 9 de maio de 2026. <https://apnews.com/article/stocks-markets-oil-iran-trump-fddc46573a120d8235d0b696350b268d>.
- Baig, Naim Tahir. "Chokepoint as Weapon: Iran's Strait of Hormuz Blockade Strategy in the February–March 2026 War." *Journal of International Security Studies* 10, no. 1 (março de 2026): 1–25. [VERIFICAR — ver observações]
- CNN. "Tanker Attacks: A Timeline of Tensions between Iran and the US." CNN International, 14 de junho de 2019. [FALTA URL]
- Correio da Manhã. "Mapa do Estreito de Ormuz." 24 de junho de 2025. Acesso em 14 de maio de 2026. <https://www.cmjornal.pt/multimedia/infograficos/detalhe/mapa-do-estreito-de-ormuz>.
- Encyclopaedia Britannica. "Strait of Hormuz." Acesso em 9 de maio de 2026. <https://www.britannica.com/place/Strait-of-Hormuz>.
- International Energy Agency. "Strait of Hormuz." Paris: IEA, s.d. Acesso em 10 de abril de 2026. <https://www.iea.org/about/oil-security-and-emergency-response/strait-of-hormuz>.
- . Strait of Hormuz Factsheet. Paris: IEA, fevereiro de 2026.
- Mahan, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783*. Boston: Little, Brown and Co., 1890.
- Naval History and Heritage Command. "Operation Praying Mantis." Washington, DC: United States Navy, s.d. Acesso em 9 de maio de 2026. <https://www.history.navy.mil/browse-by-topic/wars-conflicts-and-operations/middle-east/praying-mantis.html>.
- United Nations. *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Montego Bay, 10 de dezembro de 1982. 1833 U.N.T.S. 397.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *Strait of Hormuz Disruptions: Growth and Financial Implications*. Geneva: United Nations, 1 de abril de 2026. Acesso em 10 de abril de 2026. <https://unctad.org/publication/strait-hormuz-disruptions-growth-and-financial-implications>.
- . *Strait of Hormuz Disruptions: Implications for Global Trade and Development*. Geneva: United Nations, 10 de março de 2026. Acesso em 10 de abril de 2026. <https://unctad.org/publication/strait-hormuz-disruptions-implications-global-trade-and-development>.

4. O 15º Plano Quinquenal da China: perspectivas e destaques

Octávio Oliveira¹⁵

Luísa Barbosa Azevedo¹⁶

Pablo de Moraes Barros Vicente¹⁷

Desde a fundação da República Popular da China (RPC), sob a liderança do Partido Comunista da China (PCCh), o governo chinês elabora e implementa planos de desenvolvimento socioeconômico de médio a longo prazo¹⁸. Entender o papel do planejamento no sistema da economia de mercado socialista com

características chinesas é fundamental para analisar o fenômeno de crescimento econômico do país. Dessa forma, os Planos Quinquenais (PQ), conhecidos como Wǔnián Guīhuà (五年规划), são mecanismos de coordenação de políticas públicas ao passo que elaboram metas, provêm legitimidade a decisões políticas e descentralizam os processos de decisão entre autoridades governamentais e mercado (Yin; Xu, 2022). Tendo o 1º Plano Quinquenal (1953-1957) sido lançado em 1952, foram elaborados 15 Planos com implementação até o ano de 2030.

A forma de planejamento adotada pela China tem suas particularidades quanto à natureza e aos níveis desse processo. Uma característica distintiva, incorporada gradativamente aos planos, é a flexibilidade e a adoção de aprendizados dos planos anteriores. Quanto aos níveis administrativos, a forma de planejamento é dividida entre os níveis nacional, de província, cidades e distritos, sendo esses

¹⁵. Doutorando no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Pesquisador visitante na Universidade de Joanesburgo (UJ) e no Institute of Pan-African Thought and Conversation (IPATC). Bolsista FAPERJ Nota 10. E-mail: octavioco98@gmail.com

¹⁶ Mestranda em Relações Internacionais pelo PPGRJ-UERJ e Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ. E-mail: luisabarbosazevedo@gmail.com.

¹⁷ Graduando no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: pablovicente2405@gmail.com

¹⁸ Exceto nos períodos de recuperação econômica entre 1949 e 1952 e de reajuste econômico de 1963 a 1965.

classificados por objeto e função. A elaboração perpassa o Estado, o PCCh, as províncias, ministérios, centros universitários e consultas públicas à sociedade. A implementação, por sua vez, é orientada por um mecanismo de “*one-body and two wing*”, com centralidade de decisões do PCCh por meio da revisão de indicadores do governo e do mercado.

O Plano, então, constitui uma visão estratégica que orienta decisões políticas com foco em políticas nacionais públicas e estratégicas para o crescimento chinês regional e internacionalmente.

Analizamos o mais recente plano quinquenal chinês, ressaltando seus principais aspectos, suas diferenças e continuidades com planos anteriores. Ao fim, fornecemos um sumário com os destaques do plano e apontamentos para o futuro do país.

Destaques do Plano

O 15º Plano Quinquenal para desenvolvimento socioeconômico nacional (2026-2030) da China foi apresentado durante a sessão do 20º Comitê Central do PCCh, em 12 de março de 2026. O documento é lançado em um cenário internacional conturbado e marcado por conflitos geopolíticos, a crise da ordem liberal e seus mecanismos de multilateralismo. Nesse contexto, a China busca fortalecer internamente os motores de crescimento da modernização econômica e social, de modo a assegurar a capacidade de governança estatal devido às desigualdades sociais internas.

O 15º PQ tem como princípios a liderança do Partido, a supremacia do povo, o desenvolvimento de alta qualidade, o aprofundamento da reforma socioeconômica, a combinação de mercado eficiente e competência do governo e a coordenação entre desenvolvimento e segurança. Com isso, estabelece seis principais objetivos:

Quadro 1
Principais objetivos de desenvolvimento socioeconômico do 15º Plano
Quinquenal (2026-2030)

Crescimento e Desenvolvimento econômico nacional unificado
Elevar o nível de autossuficiência e fortalecimento em ciência e tecnologia
Aprofundamento integral da reforma do sistema socialista de governança estatal e modernização econômica
Elevar o nível da civilidade social
Melhorar constantemente a qualidade de vida do povo
Avanços na <i>Beautiful China Initiative</i> de redução de emissões de carbono
Fortalecer as capacidades de segurança nacional

Fonte: Draft 15th Five-Year Plan for National Economic and Social Development. Elaborado pelos autores.

No setor econômico, destaca-se a necessidade da construção de um mercado unificado nacional, com a demanda interna como principal motor do crescimento econômico do setor industrial do país. A indústria chinesa é conceituada como estratégica e competitiva globalmente, especialmente nos setores de mineração, metalurgia, química, indústria leve, têxtil, maquinário e construção naval. Destacam-se, ainda, a defesa do sistema de comércio multilateral, a promoção do desenvolvimento regional coordenado e a atualização estratégica das zonas-piloto de livre comércio, a exemplo do projeto de construção do Porto de Hainan.

Desta forma, o 15º PQ posiciona pilares estratégicos da indústria nacional chinesa com projeção regional e internacional. No plano internacional, a *Belt and Road Initiative* é mencionada como instrumento de fortalecimento da conectividade física de infraestrutura e conectividade “branda” em normas e padrões, bem como para abrir cooperação nas áreas de desenvolvimento de energia verde, Inteligência Artificial (IA), economia digital, saúde pública, turismo e agricultura.

Comparação e Inovação do 15º Plano

O 15º Plano Quinquenal ressalta uma emergente questão global: o desenvolvimento e governança da IA. Denominada “China digital”, a autossuficiência tecnológica é ressaltada como estrutural para o desenvolvimento científico e tecnológico, sendo esse um pilar da modernização socialista. O país busca o desenvolvimento de tecnologias de fronteira como a IA, tecnologia quântica, biotecnologia e energia verde. As principais metas nessa questão incluem o aumento para 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB) das indústrias digitais e crescimento de gastos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) a mais de 7% ao ano. A ambiciosa meta de PIB vem junto com a terminologia de “novas forças produtivas de qualidade”, ressaltando a centralidade da autossuficiência tecnológica do país como motor do bem-estar. Esta meta está relacionada com o objetivo maior do presidente Xi Jinping de alcançar o PIB per capita equivalente ao nível médio dos países desenvolvidos. Não existe consenso quanto aos valores exatos que representam esta meta, contudo, o Conselho de Estado da RPC estima algo em torno de USD 20.000, representando o dobro dos valores referentes a 2020.

Em comparação com o 14º Plano Quinquenal (2021-2025), observa-se a interligação entre inovação e desenvolvimento industrial com a digitalização e autossuficiência tecnológica como novas forças motrizes da modernização do sistema socialista chinês. Segundo o *World Economic Forum*, o termo tecnologia tornou-se progressivamente mais abordado nos Planos Quinquenais, saltando de 89 para 121 aparições no último plano.

O mais recente PQ mantém o norte do desenvolvimento da nação: a tecnologia como espinha dorsal do crescimento chinês. Desse modo, é necessário analisar como essa tecnologia é instrumentalizada na China e como isso reflete no novo PQ. Nesse sentido, as diretrizes desse plano buscam a modernização de setores “tradicionais” da indústria como os setores têxtil, metalúrgico e

petroquímico, o que indica, como um dos objetivos do PCCh, uma concentração da indústria de base no território chinês. Em contrapartida, os setores de alta tecnologia e valor agregado são colocados como catalisadores da mudança do “ecossistema industrial” da China, visto que tecnologias como Inteligência Artificial Generativa, comunicação móvel 6G e ferramentas de biofabricação são apresentadas no PQ como fundamentais para o crescimento econômico, exigindo a criação de regulamentações e políticas para o uso devido dessas novas tecnologias.

Nesse aspecto, é interessante analisar como essas tecnologias impactam o meio ambiente, destacado no PQ pelo esforço da RPC com o desenvolvimento verde, maior independência de recursos fósseis, além da diminuição das emissões de carbono. Para tanto, o 15º Plano estabelece a meta de que $\frac{1}{4}$ de toda a energia utilizada na nação seja oriunda de recursos não fósseis, um avanço nessa discussão em comparação ao 14º Plano, no qual a meta era inexistente. Todavia, esse discurso também possui uma face conservadora e realista, dado que a China não conseguiu atingir a meta estabelecida — no 14º Plano — de redução de emissões de carbono em 18% por unidade de PIB. A atual meta representa, portanto, uma menor ambição em termos absolutos de redução de emissões, aproximando-se do valor reduzido no ano de 2025. Em última análise, o 15º Plano Quinquenal da RPC conserva os ideais de avanço tecnológico como parte fundamental para o desenvolvimento e aumento da influência da China no cenário internacional, bem como a obtenção das condições materiais que viabilizem a consecução da modernização socialista chinesa.

Quadro 2
Sumário dos Principais Indicadores e Metas do 15º Plano Quinquenal
(2026-2030)

Categoria	Indicador	Linha de base 2025	Meta 2030
Desenvolvimento econômico	Crescimento do PIB	–	Manter em uma faixa razoável
	Crescimento da produtividade do trabalho	–	Superior ao crescimento do PIB
	Taxa de urbanização (população residente)	67,90%	71%
Desenvolvimento orientado à inovação	Crescimento médio anual do gasto em P&D	–	> 7%
	Patentes de invenção de alto valor por 10.000 pessoas	15,3 itens	> 22 itens
	Participação do valor agregado das indústrias centrais da economia digital no PIB	10,20%	12,50%
Bem-estar e condições de vida da população	Taxa de desemprego urbano (pesquisa)	5,20%	< 5,5%
	Crescimento da renda disponível per capita	–	Em linha com o crescimento do PIB
	Anos médios de escolaridade da população em idade ativa	11,3 anos	11,7 anos
	Médicos licenciados por 1.000 pessoas	3,2 pessoas	3,7 pessoas
	Enfermeiros registrados por 1.000 pessoas	3,9 pessoas	5,1 pessoas
	Participação de leitos de cuidados de enfermagem em instituições para idosos	62%	73%
	Aumento da taxa de matrícula em creches para crianças menores de 3 anos	–	6 pontos percentuais
	Expectativa de vida	78,6 anos	80 anos
Desenvolvimento verde	Redução das emissões de CO ₂ por unidade do PIB	–	–17%
	Participação de energia não fóssil no consumo total de energia	20,80%	25%
	Concentração de PM _{2,5} em cidades de nível de prefeitura ou superior	29,8 µg/m ³	< 27 µg/m ³

	Participação de águas superficiais com qualidade Grau III ou superior	83%	85%
	Taxa de cobertura florestal	24,10%	25,80%
Segurança e resiliência	Capacidade abrangente de produção de grãos	1,39 trilhões de jin	≈ 1,45 trilhões de jin
	Capacidade total de produção de energia	4,8 bilhões de toneladas de carvão	5,8 bilhões de toneladas de carvão

Fonte: Draft 15th Five-Year Plan for National Economic and Social Development. Elaborado pelos autores.

Conclusão

O 15º Plano Quinquenal coloca a continuidade do projeto de modernização socialista da China no centro da pauta, tendo como foco o avanço das “novas forças produtivas de qualidade”, sobretudo no que tange aos setores mais intensivos em P&D. Em um contexto internacional marcado por instabilidade geopolítica, disrupções tecnológicas exacerbadas e transformações econômicas globais, o plano representa uma nova etapa no desenvolvimento chinês, na qual o foco se desloca para a estabilização e construção de um moderno regime de bem-estar social para a maior classe média da história de sua civilização. A ênfase na inovação científica, na autossuficiência tecnológica e na modernização industrial não constitui apenas um objetivo estratégico em meio à emergente multipolaridade em nível global, mas também um aspecto da sobrevivência de sua própria economia doméstica em transformação, algo evidente desde 2020, quando o presidente Xi estabeleceu a estratégia de “Dupla Circulação”, robustecendo o mercado doméstico e diminuindo sua dependência externa.

Comparativamente aos planos precedentes, o 15º PQ mantém a continuidade de diretrizes estruturais no que tange aos setores estratégicos da economia, incorporando prioridades que avançam a complexidade e dinamismo destes setores, como é o caso do campo da inteligência artificial, economia digital e transição energética. Embora o plano apresente metas ambiciosas de desenvolvimento verde e expansão tecnológica, também revela uma postura

pragmática diante das limitações econômicas e ambientais enfrentadas pelo país nos últimos anos, com metas mais modestas do que se esperava, sobretudo no âmbito da sustentabilidade. Por fim, o atual plano incorpora medidas que são sintomáticas dos desenvolvimentos e tendências globais evidenciadas desde a pandemia, tendo uma diretriz geral que aponta, para além do estabelecimento da posição sistêmica da China na economia global, acima de tudo, o próprio desenvolvimento doméstico do país, de modo a salvaguardar o regime do PCCh.

Referências

- China. Communist Party of China, Central Committee. Recommendations of the Central Committee of the Communist Party of China for Formulating the 15th Five-Year Plan for National Economic and Social Development. Beijing: Central Committee of the Communist Party of China, 2026.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.